

Ambientalização Curricular e a Dimensão Política da Educação Ambiental no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública no Estado do Paraná

Ambientalización Curricular y la Dimensión Política de la Educación Ambiental en el Proyecto Pedagógico del Curso de Ciencias Biológicas de una Universidad Pública en el Estado de Paraná

Curricular Ambientalization and Political Dimension of Environmental Education in the Pedagogical Project of the Biological Sciences Course of a Public University at Paraná State

Fernanda Patricia Schoeninger¹

Dra. Anelize Queiroz Amaral²

Dra. Rosangela Maria Boeno³

Resumo

Aprofundar as reflexões acerca da Ambientalização Curricular (AC) envolve (re) pensar e construir currículos que integrem valores e conhecimentos socioambientais na práxis educativa. Este artigo pretende colaborar com a reflexão e o diálogo sobre a Ambientalização Curricular, em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade Pública, trazendo para discussão a análise de propostas relacionadas a temática ambiental e a Educação Ambiental no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A Educação Ambiental (EA) engloba um campo de pesquisa que busca compreender o quadro de degradação socioambiental ocasionado no/ao ambiente, injustiças socioambientais e promover constantes questionamentos e reflexões sobre o atual modelo de relação sociedade – natureza. Tais intencionalidades devem permear um currículo que visa formar pessoas críticas que prezem pela cidadania, democracia, emancipação, participação e um ambiente justo para todos.

Palavras-Chave: Ambientalização Curricular; Educação Ambiental; Formação Inicial.

Resumen

Profundizar las reflexiones acerca de la Ambientalización Curricular (AC) involucra (re) pensar y construir currículos que integren valores y conocimientos socioambientales en la praxis educativa. Este artículo pretende colaborar con la reflexión y el diálogo sobre la Ambientalización Curricular, en un Curso de Licenciatura en Ciencias Biológicas de una Universidad Pública, trayendo para discusión el análisis de propuestas relacionadas con la temática ambiental y la Educación Ambiental en el Proyecto Pedagógico del Curso (PPC). La Educación Ambiental (EA) engloba un campo de investigación que busca comprender el cuadro de degradación socioambiental ocasionado en el ambiente, injusticias socioambientales y promover constantes cuestionamientos y reflexiones sobre el actual modelo de relación sociedad - naturaleza. Tales intencionalidades deben permear un currículo que pretende formar personas críticas que valoran la ciudadanía, la democracia, la emancipación, la participación y un ambiente justo para todos.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos. E-mail: fernandaschoeninger@alunos.utfpr.edu.br.

² Doutora em Educação. Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos, anelizeamaral@utfpr.edu.br.

³ Doutora em Educação. Docente Adjunta do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Dois Vizinhos, rosangelaboeno@utfpr.edu.br.

Palabras claves: Ambientalización Curricular; Educación ambiental; Formación Inicial.

Abstract

Deepen thoughts about Curricular Ambientalization involves (re)think and build curriculums that integrate values and socio-environmental knowledge in the educational praxis. This paper aims to collaborate with thought and dialogue about the curricular ambientalization, in a Biological Sciences graduation course at a Public University, bringing up for discussion the analysis of proposals related to environmental issues and the Environmental Education in the Pedagogical Project of the Course (PPC). The Environmental Education (EA) encompasses a research field that seeks to understand the context of socio-environmental degradation caused in/to the environment, socio-environmental injustice and promote constant questions and thoughts on the current society-nature relationship model. Such intents must be seen in a curriculum that aims to educate critical people that value for citizenship, democracy, emancipation, participation and a fair environment for all.

Keywords: Curricular Ambientalization; Environmental Education; Initial teacher training.

1. Ambientalização Curricular na formação inicial de professores de um curso de Ciências Biológicas

Inicialmente, convém mencionar que este trabalho faz parte de um constructo maior, um projeto vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), denominado “Sala Verde nas Ondas do Rio Iguaçu: a dimensão política da Educação Ambiental”. Tal projeto é uma chancela do MMA concedida à Universidade e vem possibilitando o desenvolvimento de pesquisas desde o ano de 2013. Dentre as diversas propostas relacionadas à temática ambiental e os processos educativos está a proposta de análise e construção da Ambientalização Curricular - AC no Campus em questão.

Essa proposta surge, após o entendimento que diversos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento tiveram em relação à necessidade de uma ruptura do isolamento que existe nos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. Projetos muito próximos, mas que na maioria das vezes são desenvolvidos de forma isolada por cada professor e seu grupo de orientandos. Observa-se que tais projetos possuem um grande potencial para dialogar entre si e tornar a formação dos nossos alunos cada vez mais enriquecedora de experiências interdisciplinares, atendendo dessa maneira à indissociabilidade do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

Sendo assim, tais projetos clamam por transcender esses limites impostos pela prática pedagógica para um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento. Aqui não falamos, apenas, em disciplinas de um mesmo curso, mas, sim na interdisciplinaridade entre os diversos cursos do Campus na busca da Ambientalização Curricular.

Após a análise proposta, será construído de forma coletiva por meio de diversos diálogos com representantes da comunidade acadêmica um caminho que busque transcender

propostas de Educação Ambiental (EA) pontuais, fragmentadas e pragmáticas. A intenção é que possamos construir um currículo de forma coletiva unindo as diversas áreas do conhecimento visando formar sujeitos que se posicionem e busquem a cidadania por meio de uma perspectiva crítica.

Pensar a Educação Ambiental como um dos alicerces da Educação em tempos capitalistas exige repensar discursos ingênuos envolvendo a temática ambiental e os processos educativos, questionando práticas pontuais, descontextualizadas e pragmáticas que não levam em consideração questões sociais, econômicas e políticas.

Além de analisar e remediar impactos ocasionados no/ao ambiente por meio de conhecimentos biológicos e técnicos que lhes são transpostos no decorrer da formação inicial, faz-se necessário compreender e posicionar-se acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza envolvendo questões de ordem social. É preciso questionarmos sobre o lugar que estamos atribuindo à EA na formação dos nossos educandos.

O atual modelo de relação sociedade-natureza que permeia nossa sociedade está alicerçado na forma dominadora que o homem se coloca sobre a natureza, em que tudo está a seu favor e em prol de suas necessidades em uma visão antropocêntrica, própria do sistema capitalista que se volta para a acumulação da riqueza, mesmo que para isso seja necessário agredir o meio ambiente, desconsiderando as consequências de tais atitudes. Assim, enquanto poucos dominam a natureza e usufruem de forma inconsequente dos bens naturais, a maioria sofre diversas injustiças socioambientais que subjuga os seres humanos em nome do “desenvolvimento”. A questão é: Estamos levando esse contexto em consideração quando pensamos nossos currículos, projetos e aulas? Qual é o diálogo que estamos estabelecendo no processo educativo em tempos de retrocesso em tudo que vivenciamos?

Frente aos inúmeros acontecimentos em nível local e global, a AC nos faz (re) pensar sobre a necessidade da inserção do tema ambiental nos currículos, como forma de inserir questionamentos acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza no campo da Educação e mais do que isso, a AC propõe um (re)pensar sobre valores éticos e estéticos, conhecimentos e participação política de todos para que se reconheçam como parte integrante de uma proposta que se direciona ao nosso bem comum, a formação para a cidadania. Já não basta mais formar nossos educandos, apenas, pensando em conhecimentos biológicos e técnicos, a formação humana requer um diálogo com aspectos sociais e políticos.

A natureza como bem comum, pensada sob aspectos éticos e firmada nas relações conflituosas decorrentes do modelo de relação sociedade-natureza capitalista, precisa ser levada para o contexto educacional, refletida e dialogada por todos e, como proposto por

Carvalho (2001), questionada, no que tange ao modelo e à forma como a sociedade de modo geral, nesse caso, o próprio homem encaram-na e determinam sua relação com ela, considerando utópica a possibilidade de uma relação harmônica entre os interesses econômicos e os processos naturais, o que nos provoca um estímulo à reflexão sobre nosso real lugar no mundo e o papel nele desempenhado.

A intenção da formação humana compreende aspectos inerentes ao próprio ser humano, sendo necessário considerar sua história, realidade e princípios, ponderando a tênue relação entre processo educativo e processos de mudanças socioambientais. Dessa forma, construir processos educativos dentro de um sistema educacional limitado e com diversas adversidades requer criticidade, evitando “ilusões pedagógicas” (LIBÂNEO, 1985 citado por CARVALHO, 1989, p.169).

Neste sentido, as Instituições de Ensino Superior enquanto formadoras de seres humanos críticos que exercem um papel essencial na quebra de paradigmas e produção de conhecimentos, devem propiciar tais debates visando a formação de um sujeito político que se posicione acerca dessas questões que dizem respeito a um bem comum. Ou seja, “uma forma de ser do mundo e não simplesmente estar no mundo, uma forma de tomar parte e não, apenas, fazer parte” (AMARAL, p. 287, 2018).

É nesse processo de diversos questionamentos com relação a um modelo que insiste fragmentar os saberes e as relações entre os seres humanos que o presente trabalho objetiva analisar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma Universidade Pública no Estado do Paraná, de modo a pensar propostas/ações interdisciplinares que se estendam para os diversos cursos da Universidade, possibilitando trabalhos coletivos e interdisciplinares, contribuindo com a construção de ações que envolvam a EA e a formação de um sujeito crítico que desempenhe a sua cidadania.

Para tanto, o papel que cada disciplina assume na organização curricular não deve ser considerado de forma disciplinar sem relações com as demais áreas do conhecimento e suas relações com o contexto social que está inserido, essas pontes precisam ser construídas entre as diferentes áreas de conhecimento nos momentos de planejamentos e capacitação docente, pois percebemos ao analisar o PPC em questão que tais pontes estão sendo pensadas e construídas a partir de disciplinas denominadas Projetos Integradores. Deste modo, a interdisciplinaridade visa interligar os diversos saberes, sem descaracterizar suas particularidades, fortalecendo o processo educativo. Contudo, instituir novas propostas no sentido interdisciplinar, é um trabalho árduo, principalmente, se consideradas as inúmeras características tradicionais que ainda permeiam nossa práxis educativa e, conseqüentemente, o

processo de ensino-aprendizagem. Além do que, na práxis educativa devemos considerar as diferentes dimensões que permeiam a forma como o ser humano coloca-se no mundo, e, deste modo, considerar, como proposto por Carvalho (2006) para a realização de uma EA de natureza política, valores (éticos e estéticos), conhecimentos e indicadores políticos que são imprescindíveis para o desenvolvimento da EA e cidadania.

Diante disso, fica evidente que a EA é um tema que possibilita abordar a temática ambiental e os processos educativos para a construção da AC de forma interdisciplinar, por meio de uma proposta coletiva entre as diferentes áreas do saber. Assim,

Diante dos desafios de desenvolver essa visão integrada, é fundamental conhecer como as Instituições de Educação Superior (IES) trabalham a ambientalização curricular, pois são essas agências que respondem pela formação dos acadêmicos; enfim, de todos que nela atuam, desenvolvendo atitudes, valores e competências profissionais direcionados à sustentabilidade em todas as suas dimensões (ORSI, 2014, p. 4).

Considerando o exposto e o defendido por Silva (2016, p. 22) “se faz necessário o desenvolvimento de outras pesquisas dessa natureza, em outras universidades, na tentativa de investigar a possível presença de elementos que contemplem esses aspectos na formação inicial docente em Ciências Biológicas, profissionais esses que, após sua formação, atuarão nos espaços de educação formal”.

Foi pensando nessas diversas discussões que estão sendo realizadas no campo, que objetivamos olhar para o Curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do estado do Paraná na busca de compreender de que forma a EA vem sendo trabalhada e quais caminhos para a formação de sujeitos críticos estão sendo propostos nesse curso. Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: Há no Projeto Pedagógico Curricular desse curso indicadores que apontam para a natureza política de uma EA? De que EA estamos falando nesse projeto e qual o lugar que ela ocupa nessa proposta? Tais alunos em formação inicial estão sendo preparados para dialogar sobre o atual modelo de relação sociedade-natureza e sua posição como cidadão crítico no mundo?

2. Procedimentos e Abordagem de Investigação

Para o desenvolvimento dessa pesquisa percorremos o seguinte caminho: a) levantamento de ações relacionadas a temática ambiental e os processos educativos desenvolvidos no curso que estão presentes nas ementas, objetivos e conteúdos das disciplinas; b) compreensão acerca da perspectiva político-pedagógica da Educação Ambiental; c) levantamento de possíveis indicadores da dimensão política da Educação

Ambiental; d) levantamento de elementos presentes no PPC que indicam possíveis caminhos para AC e a construção de propostas interdisciplinares no Campus.

Tal caminho está amparado na abordagem de pesquisa qualitativa, a qual conforme defendido por Pérez (2012, p. 140), contempla a qualidade e a estruturação do processo analisado, considerando seus significados, os quais “não podem ser examinados simplesmente em termos de quantidade, volume ou frequência”. Deste modo, orientar uma pesquisa de modo qualitativo, implica em assumir um “compromisso epistemológico”, e, conseqüentemente, uma “concepção crítica da pesquisa educacional”.

Assim, para os objetivos propostos a abordagem teórico-metodológica utilizada para delinear a pesquisa do presente trabalho valeu-se da abordagem qualitativa de investigação, uma vez que “o estudo da experiência humana deve ser feito, entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos” (OLIVEIRA, 2009, p. 3).

Ainda, fez-se necessário a análise documental minuciosa do PPC do Curso de Ciências Biológicas, exigindo cuidados, atenção e zelo com o documento. Assim, o caminho percorrido nessa investigação pode ser representado conforme a Figura 1 a seguir.

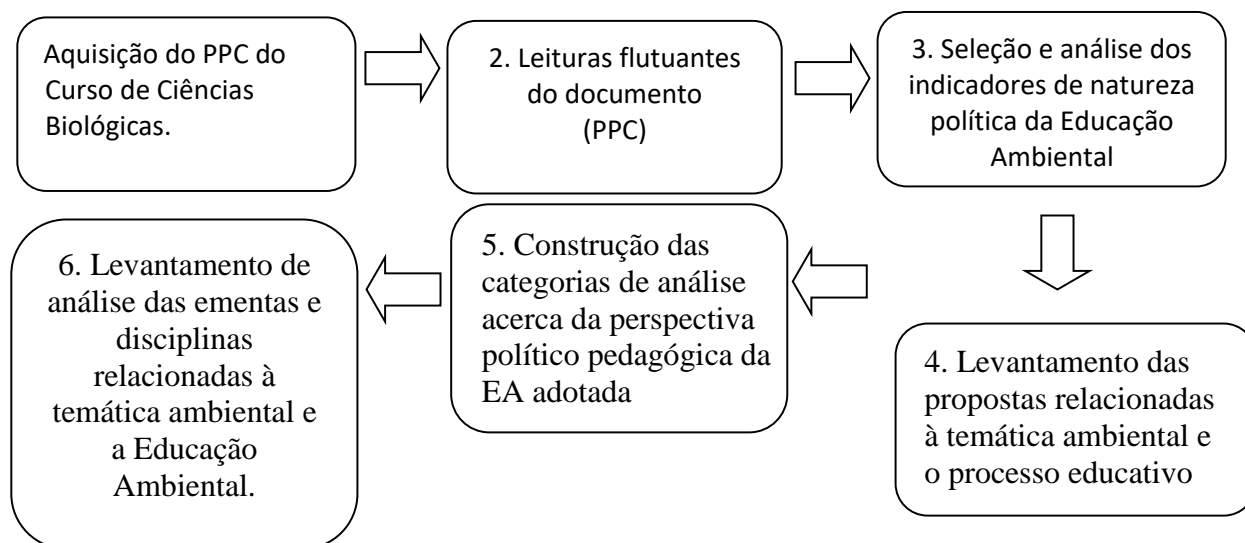


Figura 1: Caminho percorrido na investigação acerca da AC do Curso de Ciências Biológicas.
Fonte: construção das autoras

3. Resultados e Discussões

Os dados a seguir referem-se à análise do PPC do Curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do Estado do Paraná. Na investigação empreendida levantou-se as

ações relacionadas à temática ambiental e aos processos educativos que estão sendo desenvolvidas e/ou propostos nas ementas do curso e disciplinas em questão.

Após o levantamento realizado por meio das leituras das diversas ementas presentes no PPC, foi possível observar a perspectiva político-pedagógica da Educação Ambiental presente em algumas práticas conforme a tabela 1.

Tabela 1: Análise das ementas presentes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Biológicas, modalidade licenciatura.

Categoria	Subcategoria	Frequência
1 Perspectivas Político-Pedagógicas da Educação Ambiental	1 Conservacionista	1
	2 Pragmática	2
	3 Crítica	3

Fonte: Construção das autoras

Como pode ser observado na tabela 1, subcategoria 1, apresenta-se com menor frequência, no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas, uma perspectiva conservacionista de Educação Ambiental que objetiva a construção de “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”, como pode ser verificado no excerto a seguir:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais **o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente**, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (UTFPR, 2016, p. 36 – grifo do autor).

De acordo com Layrargues (2011, p. 5), essa perspectiva de EA promove a sensibilização do homem para com a natureza, “conhecer para amar, amar para preservar, orientada pela sensibilização ‘ecológica’ e tendo por base a ciência ecológica”. Além disso, tal perspectiva,

Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo como paradigma dominante (LAYRARGUES, 2011, p. 7).

No entanto, tal perspectiva observada no excerto e nas ementas das demais disciplinas que apresentaremos nesse trabalho é desprovida de uma visão mais crítica sobre o cerne dos problemas ocasionados *no/ao* ambiente, nesse sentido não se questiona o atual modelo de relação sociedade-natureza, desigualdades sociais, injustiças socioambientais, pois o seu foco é o cuidar da natureza tendo como princípio a conservação. O que evidencia a necessidade de

se buscar o entendimento sobre uma perspectiva mais questionadora acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza, visando a formação de sujeitos críticos que se posicionem na tomada de decisões relacionadas ao nosso bem comum e não apenas na busca de sua conservação ou mediação de impactos, mas na resistência e questionamento das ações inconsequentes que são tomadas em nome do “desenvolvimento”.

Contudo, conforme a subcategoria 3, apresentada na tabela 1, esse documento apresenta com maior frequência uma perspectiva crítica que pode ser observada no excerto a seguir:

Tal posicionamento se refere a um processo que, além de lidar com concepções e reflexões específicas e relevantes, não deve se restringir a simples oferta dessas informações, mas trabalhar de modo amplo com conhecimentos, valores e ações para um posicionamento de ordem política (UTFPR, 2016, p. 37).

Para diversos autores como Layrargues (2011), Carvalho (2006, 2015), Amaral (2018), tal perspectiva traz à discussão assuntos de cunho político, o que possibilita avançar em aspectos de uma perspectiva que relacione aspectos sociais, políticos e econômicos, para além de aspectos meramente biológicos e técnicos.

Ainda, na busca de uma melhor compreensão sobre os aspectos de uma perspectiva político-pedagógica crítica inserida nesse documento, recorreremos para o levantamento de indicadores de uma dimensão política presente no documento em análise. Tal busca, nos permitiu observar de forma recorrente os seguintes indicadores: cidadania e participação. Vejamos os excertos em relação a cidadania:

O PPC deve estar sintonizado com a nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformações da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos (UTFPR, 2016, p. 08).

Comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais (UTFPR, 2016, p. 26).

A apropriação do conhecimento como entendimento da realidade e de condição da cidadania (UTFPR, 2016, p. 117).

Para Manzochi (2008) contribuir para a formação cidadã engloba o envolvimento de sujeitos conscientes e atuantes com uma visão ampla e complexa dos determinantes estruturais (econômicos, políticos, sociais, etc.), evitando, assim, formar uma visão ingênua sobre a realidade.

Nesse sentido, os professores precisam compreender o seu papel como mediadores de uma prática que vai além da transmissão de conhecimentos científicos, precisamos promover o diálogo com outras áreas do conhecimentos e aspectos sociais para que os alunos adquiram uma base adequada para se posicionarem e para que compreendam a importância da responsabilidade de cada um na construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável, o que envolve a formação para a cidadania.

No que diz respeito a participação, tal indicador da dimensão política precisa ser analisado de forma a entender o seu real sentido no processo educativo. Para Amaral (2018) a participação é fundamental para promover posicionamentos, possibilitando questionamentos críticos e conscientes referentes ao atual modelo de relação sociedade-natureza, os quais contribuem para a formação cidadã do sujeito.

Deste modo, a participação possibilita construir sentidos, repensando condutas/posicionamentos frente ao atual modelo de relação sociedade-natureza. Assim, precisamos promover o constante questionamento sobre a forma como participamos ou propomos tal participação. Afinal, fazer parte não é a mesma coisa que tomar parte. Vejamos um excerto que apresenta o indicador de participação para a tomada de decisões:

Busca desenvolver nos futuros profissionais educadores requisitos importantes como a produção de conhecimentos, a criatividade e a capacidade de inovação, a iniciativa e a **participação na tomada de decisões**, a responsabilidade e a cooperação (UTFPR, 2016, p. 189 – grifo nosso).

O excerto supracitado nos remete a uma indagação que precisa permear constantemente a nossa prática docente, a saber: Afinal, de que forma participamos nas propostas que dizem respeito ao nosso bem comum?

Considerando a organização didático-pedagógica, observam-se outros aspectos que nos remetem a dimensão política da Educação Ambiental. Vejamos:

[...] os conhecimentos biológicos não se dissociam dos sociais, políticos, econômicos e culturais (UTFPR, 2016, p. 30 e 31).

Com relação as disciplinas presentes no PPC do curso, observa-se que, no curso analisado, existe a presença de uma disciplina obrigatória de Educação Ambiental. A seguir no quadro 1 apresentamos a ementa dessa disciplina, a qual será analisada, considerando o que esta apresenta em relação à dimensão política da Educação Ambiental:

Quadro 1: Ementa da disciplina de EA do Curso de Ciências Biológicas.

Disciplina Obrigatória	Educação Ambiental	Histórico da Educação Ambiental. Fundamentos filosóficos da temática ambiental. Tendências e Vertentes da Educação Ambiental. Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente escolar, empresarial e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação.
------------------------	--------------------	---

Fonte: UTFPR, 2016.

A importância de uma disciplina para tratar da EA na formação inicial de professores, justifica-se pelo fato de ser atribuído constitucionalmente ao Estado o dever de promover a EA em todos os níveis de ensino. Esta foi contemplada ainda em 1981 por meio da Lei n° 6.938, sendo posteriormente ratificada pela Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e regulamentada pelo Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002.

Sendo assim, a EA é uma necessidade na formação de professores que irão atuar nas mais diversas áreas do conhecimento por ser um tema interdisciplinar e cada vez mais relevante para a formação de um sujeito crítico que se posicione na tomada de decisão em prol do nosso bem comum e na construção da cidadania. Nesse sentido, precisamos questionar o lugar que esse campo do conhecimento vem ocupando nos nossos cursos e sobretudo nos discursos de um curso que se propõe a formar sujeitos críticos e atuantes na sociedade para a promoção da cidadania.

Assim, buscamos compreender o que vêm sendo trabalhado nessa disciplina de EA no que se refere na ementa sobre “**Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação**”, a intenção foi identificar a perspectiva político-pedagógica das ações desenvolvidas.

Percebemos que, as ações da disciplina ocorrem em parceria com o projeto da Sala Verde nas Ondas do Rio Iguaçu: a dimensão política da Educação Ambiental. Uma chancela do Ministério do Meio Ambiente (MMA), concedida ao Campus desde o ano de 2013 e que está vinculada ao PPC do curso em questão. Vejamos:

O projeto Sala Verde Nas Ondas do Rio Iguaçu, aprovado no edital n° 01/2013 do MMA que estabelece parceria entre Universidade [...], o Departamento de Educação Ambiental (DEA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Itaipu Binacional. O Projeto Sala Verde incentiva à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais centros de informação e formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço que além do acesso à informação, ofereça a

possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental (UTFPR, 2016, p. 225).

Dentre as diversas propostas da Sala Verde em parceria com a disciplina de Educação Ambiental, destacam-se as ações de formação inicial e continuada dos alunos e professores dos diversos cursos do Campus, o que possibilita um caminhar em direção a interdisciplinaridade nas diversas pesquisas e projetos do Campus. Além das ações direcionadas para a formação de educadores ambientais, a Sala Verde realiza diversas pesquisas de cunho investigativo e de extensão que se relacionam com a disciplina de Educação Ambiental do curso em questão, uma vez que as ações desenvolvidas por essa estrutura educadora são planejadas pelos alunos no decorrer da disciplina, dentre elas estão: a) Ambientalização Curricular dos cursos do Campus e análises acerca da dimensão política da Educação Ambiental presente nessas propostas; b) análise do discurso presente nos bordados de Arpilleras, como discurso de resistência de mulheres atingidas por barragens; c) pesquisas relacionadas aos valores éticos/estéticos da Educação Ambiental; d) projetos de extensão relacionados ao manejo de resíduos e o desenvolvimento de processos educativos com professores e alunos da Educação Básica por meio da utilização de mandala sensorial e estufas contendo hortaliças, condimentos, plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais doadas por outras Universidades públicas do Paraná em uma parceria e troca de experiências.

Dessa forma, tais projetos são desenvolvidos pelos alunos da disciplina de Educação Ambiental que é obrigatória no Curso de Ciências Biológicas em parceria com os integrantes da equipe da Sala Verde, integrantes do Programa Tutorial (PET), integrantes do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica, alunos e professores dos diferentes cursos do Campus, o que aponta para uma iniciativa de promoção da interdisciplinaridade e AC do Campus em questão, atendendo dessa maneira ao tripé universitário, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Além desses aspectos, cabe aqui mencionar que essa proposta foi premiada com o Selo ODS-SESI no ano de 2018 por suas práticas socioambientais.

Com relação às disciplinas optativas ofertadas nesse curso, vejamos o quadro 2:

Quadro 2: Disciplinas Optativas que apresentam em suas ementas propostas relacionadas à temática ambiental.

Disciplina	Ementa
------------	--------

Optativas	Proteção Ambiental	Indicadores e monitoramento de qualidade da água. Resíduos e Efluentes urbanos, agroindustriais e rurais. Tratamento de efluentes e resíduos. Compostagem de materiais orgânicos. Projeto de proteção ambiental para áreas urbanas e rurais
	Sistema de Gestão Ambiental	Conceitos de gestão ambiental. Evolução dos conceitos de proteção ambiental. As questões ambientais num mundo globalizado. Sistema de gestão ambiental. Normas ambientais. Interpretação e aplicação da norma ISO 14001. Implementação de um sistema de gestão ambiental.
	Biologia e Cidadania	Contribuição das ciências biológicas e em especial do ensino de ciências e biologia para a construção da cidadania. Educação fiscal e controle social do setor público como forma de promover a cidadania e assegurar a melhora na qualidade de vida da população.
	Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação	Princípios básicos de sociologia. Principais correntes sociológicas. A educação como processo social. Educação e estrutura social. Tendências teóricas da sociologia da educação e sua influência na educação brasileira.

Fonte: UTFPR, 2016.

Observa-se no quadro 2, ações relacionadas à temática ambiental desenvolvidas nas diversas disciplinas mencionadas. Cabe aqui destacar, um enfoque sendo feito a partir de aspectos sociais relacionando a formação com a cidadania e educação como processo social. No entanto, várias ementas propõem medidas relacionadas, apenas, a mediação de problemas ocasionados no/ao ambiente, como estudos referentes ao efeito estufa e mudanças climáticas, licenciamentos e estudos de impactos ambientais.

As ações supracitadas, apontam para uma perspectiva pragmática que de acordo com Layrargues abrange uma educação voltada para a resolução de problemas e não para o questionamento das reais causas, o que evidencia a necessidade de se repensar as ementas apresentadas no PPC do curso.

Assim, além de apresentarmos aos nossos alunos os diversos impactos ocasionados no/ao ambiente e as medidas de mitigação necessárias para a formação de futuros profissionais que atuarão nessa área, devemos promover debates e o entendimento do atual modelo de relação sociedade-natureza.

Para maiores informações, partimos para análise das atividades extensionistas presentes no PPC do Curso que,

Constituem práticas acadêmicas articuladas ao ensino e a pesquisa, que permitem estabelecer os vínculos entre as necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico (UTFPR, 2016, p. 187).

Dessa forma,

[...] a Educação Ambiental não formal diz respeito às ações e práticas educativas **voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente** (UTFPR, 2016, p. 37).

Observando o exposto, percebe-se que o objetivo da Educação Ambiental apresentada no PPC volta-se para a sensibilização da coletividade e propõe um indicador da dimensão política que é o de “participação”, um avanço para uma perspectiva crítica que precisa ser melhor explorado no documento em questão. A indicação de participação nos remete às ações de extensão e cidadania, sob uma visão de envolvimento social. Nesse sentido, recomenda-se que na elaboração de tais documentos de domínio público seja explicitado com maior clareza tais ações e intencionalidades das práticas mencionadas para um melhor entendimento do leitor.

Com o exposto, considerando os métodos empreendidos, espera-se que a análise possa contribuir para o enriquecimento do debate acerca das questões que envolvem a temática ambiental e a EA no citado curso de forma a caminhar para o que entendemos ser a AC. Assim, reflexões envolvendo as propostas educacionais debatidas permitem repensar e indicar novas alternativas para o processo educativo na referida instituição de ensino com vistas à formação de sujeitos críticos e à promoção da cidadania e interdisciplinaridade.

4. Considerações Finais

Posterior a este trabalho de diagnose realizado pelos pesquisadores, observa-se a necessidade de continuar na busca de avanços no sentido de deixar cada vez mais claro em documentos como o analisado a intencionalidade que o curso carrega na sua proposta curricular no que diz respeito a AC, uma vez que se observou diversas ações que debatem essa temática e propõem a interdisciplinaridade dessas propostas no Campus. Tal movimento evidencia a importância desses documentos que passam por constantes análises e que na maioria das vezes são consultados para o reconhecimento e avaliação do curso.

Tal entendimento, demonstra a urgência de se pensar tais documentos de forma participativa com os sujeitos do currículo, nesse caso, os docentes e a comunidade que utilizará e se beneficiará desses conhecimentos.

Pensar a temática ambiental e os processos educativos relacionados a essa prática nas Instituições de Ensino Superior é uma obrigatoriedade, uma vez que é dever atribuído

constitucionalmente ao Estado promover a EA em todos os níveis de ensino (estabelecidas pela Lei n° 9.795, de 27.04.99, regulamentadas pelo Decreto n° 4.281, de 25.06.2002, e pela Lei n° 6.938/81) que exigem também do ensino formal o dever de capacitar as pessoas, em todos os níveis e modalidades de ensino, para a participação ativa na defesa do meio ambiente, e também, um item recorrente nas propostas de avaliação de curso e de captação de recursos. Além disso, um projeto de lei de 2015 n° 221, ainda em tramitação no senado, propõe que a Educação Ambiental se torne uma disciplina obrigatória nas escolas. Dessa forma, como não priorizar debates e construções dessa natureza nos currículos?

Assim sendo, a Educação Ambiental é uma necessidade na formação de professores que atuarão nas mais diversas áreas do conhecimento por ser um tema interdisciplinar e cada vez mais relevante para a formação de um sujeito crítico que se posicione na tomada de decisão em prol do nosso bem comum.

Nesse sentido, uma forma de se pensar a construção da AC nos cursos de formação pode ser iniciada no momento da construção dos Planos de Ensino, e posteriormente, seus reflexos na prática. Além dos Planos de Ensino os constantes diálogos realizados com os docentes do curso e, também, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) se colocam como espaços profícuos para refletir de forma coletiva acerca de alguns conceitos necessários para que a AC se potencialize.

Ressalta-se ainda a necessidade de realização de pesquisas futuras no sentido de verificar as ações de pesquisa e extensão que o Curso de Ciências Biológicas vem realizando sobre a EA, a fim de levantar mais informações que possam contribuir na efetivação da interdisciplinaridade no supracitado curso e no Campus, de modo geral.

Referências

AMARAL, Anelize Queiroz. *Educação Ambiental e a dimensão política: um estudo de caso do Programa de Formação de Educadores Ambientais da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional*. 2018. 306 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018. Disponível em:

BRASIL. *Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2002.

BRASIL. *Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 1981.

BRASIL. *Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a

Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais*. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A Invenção Do Sujeito Ecológico: Sentidos e Trajetórias Em Educação Ambiental*. Porto Alegre, UFRGS, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. GRÜN, Mauro. TRAJBER, Rachel. *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Ministério da Educação. Edição Eletrônica, Brasília: 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao4.pdf>. Acesso em 22 abr. 2018.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. *A Temática Ambiental e a Escola de 1º. grau*. 1989. 282 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1989.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, COSTA, Gustavo Ferreira da. *Mapeando As Macrotendências Político-Pedagógicas Da Educação Ambiental Contemporânea No Brasil. VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil*. Ribeirão Preto. (2011)

MANZOCHI, Lúcia Helena. *Educação Ambiental Formadora de Cidadania: As Contribuições Dos Campos Teórico-Methodológicos De “Conflito Socioambiental” E “Educação Moral” Para A Formação Continuada De Professores*. 2008. 115 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/1422.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. *Um Apanhado Teórico-Conceitual Sobre A Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características*. Travessias, Paraná, 4 ed. 2009.

ORSI, Raquel Fabiane Mafra. *Ambientalização Curricular: Um Diálogo Necessário Na Educação Superior*. In: *X ANPED SUL*, 2014, Florianópolis: UDESC, 2014. p. 1 - 19. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/291-0.pdf. Acesso em: 12 mai. 2018.

PÉREZ, L. F.M. *A pesquisa qualitativa crítica: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores*. 2012. São Paulo: Editora UNESP. Disponível em: http://aia-cts.web.ua.pt/wp-content/uploads/2015/08/1-Questoes_sociocientificas_na_pratica_docente-Web_2.pdf. Acesso em 18 mai. 2018.

UTFPR. *Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas, modalidade Licenciatura*. Dois Vizinhos, outubro de 2016. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/ciencias-biologicas/copy4_of_NOVOPPCBIOLOGIAVersoaprovadapeloCOGEP03.01.20171.pdf. Acesso em: 12 set. 2018.